





Memória Histórica e Representações Sociais: Contribuições e Articulações Possíveis

Historical Memory and Social Representations: Contributions and Possible Articulations


Renan Harmes Eskinazi

 <https://orcid.org/0000-0002-8698-6397>


Renata Lira dos Santos Aléssio

 <https://orcid.org/0000-0001-8548-2771>

Lassana Danfá

 <https://orcid.org/0000-0002-9598-609X>

Maria de Fátima de Souza Santos

 <https://orcid.org/0000-0001-5213-9491>

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

Resumo

Este artigo objetivou analisar as articulações teóricas entre memória histórica e representações sociais. Tomando a perspectiva sociocultural da memória, três aspectos foram problematizados: quais temáticas em memória histórica poderiam ser objetos de representações sociais; o papel da memória histórica nos processos de ancoragem e objetivação; e a relação entre disputas memoriais e representações sociais. A partir da abordagem sociogenética das representações sociais, apontou-se que temáticas em memória histórica que tangem às zonas de tensão podem ser articuladoras entre os campos memoriais e representacionais. Utilizando o *Devoir de Mémoire* na França, os processos de ancoragem e objetivação podem ser analisados a partir de discussões voltadas à legitimação de narrativas e embates acerca da nomeação de eventos históricos. As disputas memoriais revelam dinâmicas representacionais em relação ao passado social. Por fim, a memória histórica e as representações sociais vinculam-se a diferenças grupais, bem como a conflitos simbólicos.

Palavras-chaves: memória; representações sociais; história.

Abstract

This paper aimed to analyze the theoretical articulations between historical memory and social representations. Based on the sociocultural perspective of memory, three aspects were discussed: which themes in historical memory could be objects of social representations; the role of historical memory in anchoring and objectification processes, and the relation between memorial disputes and social representations. From the sociogenetic approach to social representations, it was pointed out that themes in historical memory that relate to tension zones can be articulators between the memorial and representational fields. Using the "Devoir de Mémoire" in France, the anchoring and objectification processes can be analyzed from discussions aimed at legitimizing narratives and disputes regarding the naming of historical events. The memorial disputes reveal representational dynamics in relation to the social past. Finally, historical memory and social representations are linked to group differences, as well as symbolic conflicts.

Keywords: memory; social representations; history.



Introdução

Este artigo analisa articulações teóricas entre os campos de estudo da memória histórica e das representações sociais. A memória é configurada como um território de disputas, marcado por uma variabilidade de narrativas e pertencimentos, o que se explica pelo caráter interdisciplinar do seu estudo. Contudo, independentemente da acepção tomada, vertente psicológica ou sociológica, por exemplo, o caráter socioconstrutivo da memória sempre se faz presente. Percebe-se que memória e representações sociais, na visão de Sá (2015), estabelecem uma relação importante, uma vez que a reconstrução, conservação e atualização da memória no nível individual ou coletivo necessita da interação e comunicação intragrupal e intergrupala. Neste sentido, o autor confere à memória um caráter psicossocial, que tem em vista a coexistência dos aspectos socioculturais e psicológicos na concepção da memória (Sá, 2015).

As investigações sobre memória na modernidade nos colocam, portanto, diante de um desafio, tendo em vista o enfraquecimento nos dias atuais das pedras angulares (mitos, relatos e contos, por exemplo), que favoreciam o compartilhamento coletivo de memórias, representações ou crenças (Candau, 2019). Estamos perante um tipo de sociedade marcada por dispersão memorial, usando da expressão de Candau, e pelos vários produtores autorizados. O que se explica pela existência de identidades múltiplas que os sujeitos contemporâneos assumem. Ressalta-se que as memórias contemporâneas são disputadas, apresentando outras possibilidades de resgate memorial, levando em conta que os produtores autorizados são múltiplos e fragmentados.

Durante as últimas décadas foi possível observar o surgimento de novos estudos que abordam a questão da memória no campo da psicologia social. Esses estudos possuem como base a volta aos teóricos clássicos que discutem sobre o tema, a exemplo do sociólogo Maurice Halbwachs. Halbwachs (1950/1990), discípulo de Durkheim, afirmava que a memória é necessariamente social, sendo organizada a partir dos contextos culturais e coletivos. O autor buscava compreender o fenômeno da memória a partir de um entendimento coletivo que não eliminasse os aspectos individuais. Assim, o indivíduo que lembra está inserido em contextos sociais específicos e possui quadros de referência que auxiliam na formação da memória, analisando, dessa forma, a dialogicidade entre os fenômenos mentais e sociais. Como afirma Oliveira e Bertoni (2019), a memória para Halbwachs baseia-se em uma materialidade social, na medida em que a rememoração ocorre a partir das relações com o outro, em um contexto material e temporal específico. Segundo Halbwachs (1950/1990), a memória social poderia ser dividida em duas: a memória coletiva e a memória individual.

As memórias individuais estão relacionadas com o grau de importância que



cada integrante de determinado grupo infere aos acontecimentos e de que maneira o grupo interpreta acontecimentos. A memória coletiva, por sua vez, estaria relacionada a todo um conjunto de indivíduos pertencentes a uma comunidade específica. Contudo, como afirmado por Pollak (1989), Halbwachs frisou, sobretudo, as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a exemplo do reforçamento da coesão social. Além disso, o autor argumentou a respeito da seletividade de toda memória, além do processo de negociação existente entre a memória coletiva e a memória individual. No campo da psicologia, estes novos estudos em memória possuíam como base os textos pioneiros de Bartlett. Segundo Bartlett (1932/1995) as memórias de eventos passados seriam influenciadas pelos contextos culturais e sociais. De acordo com o autor, as memórias seriam reflexos de hábitos culturalmente inscritos.

Trabalhando a partir de um entendimento psicossocial da memória, Sá (2012) argumenta que a construção da memória social considera as lembranças, as significações e os afetos. Dessa forma, segundo o autor, a memória seria socialmente construída. A interação social e a comunicação ganham papel central na disseminação e na construção de narrativas. Além disso, o autor demonstra que questões como afetos e emoções auxiliam na elaboração das memórias. A comunicação seria base tanto para as representações sociais como para a memória social.

Adentrando na perspectiva psicossocial da memória, Sá (2013) propõe um mapeamento dos campos de estudo da memória social e argumenta por divisões e categorias de memória social, sendo uma delas mais especificamente o campo das memórias históricas. Para o autor, as memórias históricas estariam relacionadas exclusivamente a acontecimentos históricos, isto é, a partir de um entendimento historiográfico. Dessa forma, as memórias históricas “se referem não a qualquer passado que pessoas, comunidades, populações ou instituições se disponham a preservar, mas apenas aqueles episódios e períodos que tenham se tornado *históricos*” (Sá, 2013, p. 20, grifo do autor).

Percebe-se que a história e os processos de memória possuem um papel central no entendimento da realidade. Segundo Liu e Hilton (2005), a história auxilia na construção de narrativas que indagam quem somos, de onde viemos e para onde vamos. Nesse sentido, cabe compreender a historicidade como fenômeno básico humano, presente desde os primórdios humanos e revelador das dinâmicas culturais nas mais diversas épocas. Assim, analisar como os indivíduos se lembram de fatos históricos pode auxiliar na compreensão do funcionamento das dinâmicas sociais.

Aliado a isso, segundo Valencia (2005), faz-se necessário compreender a relação entre tempo e memória por meio de uma visão não-linear e cíclica, onde o mesmo objeto coexiste no passado e no presente, a partir das narrativas de determinada comunidade. Assim, diferentes entendimentos de eventos do passado



e do próprio presente que permeiam o pensamento social podem ser indicadores de diferentes compreensões de tempo. Dessa forma, pensar sobre a memória de acontecimentos históricos pode revelar como determinado grupo dá sentido à sua realidade, bem como as diferentes representações que circundam a vida social.

As representações sociais e a história mantêm uma relação importante, uma vez que a historicidade é um aspecto fundamental para compreensão das representações sociais. Neste sentido, não se pode falar de representação social fora da história, da mesma forma que não existe história, tomada aqui como uma das formas da narrativa, que não faz uso das representações sociais (Carvalho & Arruda, 2008). Em um estudo comparativo entre portugueses e brasileiros sobre o evento comemorativo do quinto centenário do descobrimento do Brasil, Möller et al. (2004) mostram que as atualizações das representações sobre o passado dos grupos com vínculo históricos e sociais carregam semelhanças e dessemelhanças em alguns pontos. Tanto para os portugueses como para os brasileiros, o descobrimento do Brasil foi considerado um dos acontecimentos mais importantes, mas com atribuição de significações e valores diferentes. Dois terços dos cidadãos brasileiros entrevistados e um terço dos portugueses elencaram o descobrimento do Brasil como um dos acontecimentos mais significativos da história da nação brasileira.

Ao discutir sobre as representações sociais do descobrimento do Brasil, Sá et al. (2004) constataram que as temáticas voltadas para a história dos indígenas apareciam da zona do núcleo central da representação social, isto é, possuíam uma alta importância de evocação e frequência entre os entrevistados, enquanto que as histórias vinculadas ao período escravocrata localizavam-se nas zonas mais periféricas, marcados por uma baixa evocação. Ao analisar variáveis socioculturais, os autores constataram que participantes de orientação política de esquerda evocaram com maior frequência o genocídio indígena, mas não a escravidão negra. Isso se explica pelo fato de toda memória ter os seus mitos fundantes. No caso brasileiro, o mito da democracia racial concebe a identidade nacional brasileira como coesa, isto é, um país cordial e miscigenado harmoniosamente (Freyre, 1933/2003). Falar da escravidão negra implica falar da face desarmoniosa, colocando em xeque a paz social brasileira. Aliás, para Chauí (1980), trata-se de um tipo de mito cuja finalidade é admitir a violência de forma inequívoca, exibindo-a de forma a negá-la, através da dinâmica de aceitação-negação. Neste âmbito, a violência é tida como algo acidental e circunstancial, e, por conseguinte, como não constitutivo da sociedade brasileira. Na visão de Jedlowski (2005), trata-se de uma estratégia de pacificação nacional, consistindo na eliminação de memórias traumáticas como as da escravidão, visando engrandecer o passado. Em outro estudo sobre as memórias coletivas do descobrimento do Brasil, Sá et al. (2004) observaram que a história dos indígenas difundida no ensino fundamental brasileiro aparece no núcleo central das representações e a história de escravidão na periferia. O estudo ainda encontrou,



principalmente nos entrevistados de orientação política de esquerda, a vinculação do genocídio dos indígenas na zona do núcleo central das representações. A escravidão negra não aparece no sistema central e nem como genocídio. Na evocação dos sujeitos sem definição política, de direita ou centro direita, o massacre do povo indígena ficou ausente nas suas representações.

Para Valencia (2005), a sociedade nunca vive em harmonia, razão pela qual a memória nem sempre é universal. Os grupos dominados tentam apresentar a sua própria versão, o que contradiz a versão dos grupos dominantes, que tentam manter o monopólio, numa tentativa de fazer os grupos “subjugados” esquecerem a versão polêmica. Acrescenta-se a isso o fato da memória precisar de meios para a sua transmissão, neste caso, da educação, da família, da mídia, de museus e das artes, constituindo meios eficazes para a difusão memorial (Candau, 2019).

No Brasil, é notável através dos meios de transmissão como a educação, o ensino das imagens negativas dos negros, enclausurando-os no estereótipo do escravo e do permanente exotismo. Houve, no passado, queima dos arquivos históricos por parte do Estado brasileiro, com o objetivo de apagar, embora sem sucesso, todos os resquícios da identidade negra no Brasil (Nascimento, 2016). Esse fato é o que Candau (2019) chama de manipulação da memória, que busca adulterar e forçar uma nova identidade coletiva. Michel (2010) denomina *esquecimento-manipulação* um tipo de esquecimento elaborado pelos atores políticos responsáveis pela elaboração da memória oficial, consistindo na deturpação da versão mais ou menos “verdadeira” do passado. No Brasil juntou-se a isso o *esquecimento-destruição*, que consiste na extinção de memórias que trazem versões contraditórias e capazes de criar cisões identitárias, através da destruição de documentos públicos e arquivos históricos sobre atrocidades do tráfico negreiro.

Para Ansara e Dantas (2015) nem toda memória é ideológica, e sim aquelas resultantes de controvérsias sociais, em que determinadas versões do passado tentam ser legitimadas e oficializadas pelas classes dominantes e/ou detentores do poder. Entretanto, o fato de a memória ser ideológica não significa que aliena ou deixa as pessoas inertes, uma vez que as disputas, conflitos e antagonismo são inerentes à elaboração de uma determinada versão do passado. O que significa dizer que jogos de interesses dos diferentes grupos sociais atuam na construção das memórias. Aliás, para Brasil e Cabecinhas (2017), ao estudar a memória, subentende-se a existência das relações de poder, das trajetórias pessoais e das idiossincrasias de determinada versão do passado.

A partir de uma análise psicossocial, a memória social mostra-se como um fenômeno socialmente construído e partilhado nos diferentes grupos. Entender como as comunidades lembram e dão sentido aos acontecimentos históricos poderá dar margem para a compreensão de dinâmicas representacionais e das significações relacionadas aos objetos. A análise da memória histórica pode conferir



um quadro de análise que compreenda o fenômeno das representações sociais não apenas a partir de uma ótica do presente, mas também historiográfica, auxiliando na compreensão do fenômeno do tempo e de sua função no estudo das representações sociais. Nesse sentido, formulamos algumas indagações sobre as possíveis relações entre estes dois temas: quais temáticas de estudo de memória histórica poderiam ser objetos de representação social? De que maneira processos de ancoragem e objetivação podem atuar na memória histórica? Quais relações podem ser feitas entre representações sociais e disputas memoriais?

Sobre as temáticas de estudo em memória histórica e objetos de representações sociais

Inicialmente, com o objetivo de promover uma articulação entre os campos da memória histórica e das representações sociais, cabe analisar algumas características dos objetos representacionais. Discutindo a partir da abordagem sociogenética das representações sociais, Kalampalikis e Apostolidis (2016) argumentam que qualquer objeto representacional seria um objeto traçado por zonas de tensão. Para os autores, as zonas de tensão seriam essenciais para o objeto representacional, mobilizando crenças, significados, identidades e afetos.

Moscovici (1988) dispõe sobre três categorias de representações sociais: a primeira delas sendo a do tipo hegemônica, caracterizada por seu alto grau de compartilhamento e concordância entre os diferentes grupos. O segundo tipo, denominado de representações polêmicas, está relacionado a pontos de vistas contrários e contextos de conflito, a exemplo de cenários em que diferentes grupos possuem diferentes representações do objeto. Por fim, seriam as representações do tipo emancipadas, marcadas também por diferentes pontos de vista, mas que não possuem conflito e disputas tão evidentes entre os diferentes grupos sociais. A partir disso, pode-se compreender que os objetos em representações sociais possuem como característica sua diferenciação entre esses grupos. Em alguns cenários, essas diferenças podem ser menos marcantes, a exemplo das representações do tipo hegemônicas e emancipadas, mas também podem possuir um alto grau de diferença como as representações polêmicas. Nesse sentido, pensando as articulações entre o campo da memória histórica e as representações sociais, aponta-se que a questão da multiplicidade e diferenciação de significados entre os grupos seria um dos pontos que tange essas duas áreas.

Valencia (2005) destaca que um dos postulados atuais dos estudos em memória social está relacionado ao entendimento das dinâmicas dos grupos em conflitos, isto é, às diferentes narrativas que os grupos possuem sobre um mesmo tema ou evento. Pensando a respeito das possíveis temáticas estudadas em memória histórica, evidencia-se que aquelas que revelam os conflitos ou zonas de tensão



mostram-se como marcadores de uma possível articulação entre o campo memorial e representacional. Dessa forma, observa-se uma triangulação em relação ao pensamento social que relaciona os conceitos de representação, memória e identidade. Nesta perspectiva, toma-se como base o conceito de Identidade Social, proposta por Tajfel (1983). De acordo com esse autor, a identidade está relacionada “àquela parcela do auto-conceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento, da sua pertença a um grupo (ou grupos) social” (p. 290). O autor enfatiza, nesse sentido, os processos de categorização eu-outro, bem como repercussões dessa diferenciação na dinâmica do indivíduo. Assim, a maneira como os indivíduos lembram-se ou se esquecem de determinado acontecimento revela seus pertencimentos grupais (identidade), bem como a maneira pelo qual dão sentido a realidade social (representações sociais). Jovchelovitch (2012) argumenta que a memória e as narrativas históricas produzem a legitimação de histórias e guiam a base moral a qual os indivíduos se comportam, isto é, influencia como os sujeitos interagem com a realidade social. Apesar de o foco deste trabalho ser as relações entre a questão da memória histórica e as representações sociais, evidencia-se que o fator identitário auxilia na articulação entre essas duas áreas de estudo. Como afirma Pollak (1992), uma das funções da memória social é delimitar as fronteiras grupais, isto é, mobilizar identidades e representações específicas de cada grupo social. Contudo, segundo o autor, não se pode tratar memória e identidade como categorias essenciais, visto que elas agem a partir da negociação e transformação. Apesar de a memória envolver as disputas de narrativas, a universalidade de uma determinada memória é fruto de grupos dominantes (Ansara & Dantas, 2015). Fato que explica a universalidade do holocausto como marco estruturador das desumanidades provocadas contra os grupos discriminados, enquanto isso o genocídio indígena e a escravidão negra relegados a periferia das atrocidades (Césaire, 1978; Delacampagne, 2013).

Ao discutir sobre a questão das memórias em disputa, Pollak (1989) dispõe sobre três exemplos de acontecimentos a respeito de tal fenômeno. O primeiro está relacionado às denúncias dos crimes stalinistas na União Soviética. A denúncia promoveu uma reviravolta no entendimento da história da União Soviética e contribuiu para a destruição de símbolos remanescentes ao governo de Stalin. O segundo exemplo dado por Pollak diz respeito aos sobreviventes dos campos de concentração nazistas e, mais especificamente, o grupo de judeus que colaborou com os oficiais nazistas durante a política antissemita. Neste caso, o autor revela que o silenciamento dessas narrativas está relacionado à necessidade de não expor uma memória “comprometedora” entre os outros membros do grupo. O último exemplo, também relacionado à Segunda Guerra Mundial, tange o caso de franceses moradores da região da Alsácia que foram obrigados a se unir ao exército alemão.

Estes exemplos demonstram não apenas diferentes lembranças sobre deter-



minado evento histórico, mas também revelam diferentes construções de narrativas que refletem como cada grupo social apreende e se apropria da realidade histórica e social. O objeto de representação, nestes casos, possui uma multiplicidade de significações, evidenciando assim, diferentes maneiras de compreender o passado. A seletividade na construção da memória histórica, isto é, os elementos que são postos em destaque e retirados das narrativas históricas dos grupos, revela não apenas as dinâmicas representacionais de determinado grupo, como também demonstram quais partes são postas ao esquecimento. Salienta-se que, assim como argumentado por Pollak (1989), o esquecimento pode estar relacionado com a tentativa de preservação de identidades grupais. Dessa forma, aquilo que destoia do pertencimento de determinado grupo seria retirado durante o processo de enquadramento da memória e posto no esquecimento.

Assim, objetos em memória histórica que possuem uma pluralidade de sentidos e lembranças entre os diferentes grupos podem servir como possíveis articulações entre os campos do lembrar e da representação. As representações formam e são formadas a partir das condições históricas e sociais de uma determinada realidade. Nesse sentido, a pluralidade de memórias e entendimentos sobre a história revela as condições sociais e culturais específicas de cada grupo, influenciando os processos de construção e seleção do lembrar e do esquecer. A questão do consenso no campo memorial também é argumentada por Valencia (2005) ao analisar que em cenários sem um consenso sobre determinado fato histórico surgem situações de conflitos intergrupais, em que cada grupo reivindica para si a narrativa “oficial” da história.

Entende-se o campo da memória histórica a partir de uma ótica de conflitos, em que narrativas coexistem e, em alguns casos, uma específica coloca-se sobreposta às demais para a formação de uma memória “nacional”. O campo das representações sociais também possui tal característica, em que os objetos representacionais são instrumentos que mobilizam tensões grupais. No campo das representações sociais, as denominadas representações hegemônicas possuem a mesma característica, isto é, são construídas a partir das dinâmicas intergrupais e os objetos representacionais são, portanto, mobilizadores das relações entre grupos diversos. Assim, as representações sociais hegemônicas também seriam elaboradas a partir de conflitos e disputas, contudo, estes conflitos seriam menos salientes quando comparadas a representações do tipo polêmicas. A memória histórica é construída a partir dos diferentes grupos sociais, influenciando o surgimento de conflitos e disputas nas representações do passado (Jodelet, 2012). Dessa forma, com o intuito de aproximar ambos os campos, memorial e das representações sociais, entende-se que o objeto de estudo em memória histórica, que possui um formato múltiplo e mobilizador de diferenças grupais, pode revelar dinâmicas representacionais, bem como memoriais.



Sobre os processos de ancoragem e objetivação em memória histórica

Com o objetivo de relacionar e ilustrar os processos de ancoragem e objetivação com a memória histórica, adotou-se como exemplo o caso do *Devoir de Mémoire* na França (Heymann, 2006). Optou-se por utilizar este movimento como exemplo pois a escravidão negra, bem como o genocídio indígena, se insere no debate de *Devoir de Mémoire*, uma vez que se trata de um acontecimento fundamental para a compreensão da dinâmica social brasileira, marcada pela violência racial (Schwarcz & Starling, 2015). O chamado *Devoir de Mémoire* refere-se a uma expressão que procura marcar a necessidade e obrigação de se lembrar de eventos históricos trágicos, não se referindo apenas ao acontecimento, mas também às vítimas desses eventos. Tal movimento se configurou especialmente na década de 1990, na França, a partir de discussões sobre as repercussões da Segunda Guerra Mundial na Europa. Interessante pontuar que as discussões sobre a memória judaica a respeito da Segunda Guerra Mundial apenas adentraram a arena pública cerca de 30 anos após o fim do conflito. Tais reivindicações pautavam-se, sobretudo, na questão do *Shoah*, isto é, no processo de perseguição e eliminação de judeus na Europa pela Alemanha Nazista. Nesse sentido, como averiguado por Heymann (2006), o *Devoir de Mémoire* mobilizou diferentes agentes na esfera pública, entre eles o próprio Estado, bem como parte da sociedade civil, a exemplo dos historiadores. Segundo a autora, tais debates buscavam questionar a atuação do Estado francês em relação aos eventos históricos passados, bem como o acolhimento e validação dos depoimentos dos sobreviventes.

Na França, como avaliado por Heymann (2006), o *Devoir de Mémoire* avança na arena pública a partir das discussões a respeito das consequências do Holocausto na Europa, sobretudo relacionado aos sobreviventes judeus. Contudo, ao examinar matérias dos jornais *Libération* e *Le Figaro* que discutiam o *Devoir de Mémoire* na França, Gensburguer e Lavabre (2005) averiguaram que tal termo atualmente se configura a partir múltiplas conotações e refere-se a variados eventos históricos, não apenas ao *Shoah*.

Dessa forma, o *Devoir de Mémoire* atualmente se configura como uma plataforma de reivindicações de grupos historicamente excluídos, com o objetivo de expor, na arena pública, as violações e esquecimentos realizados por parte do Estado e por grupos que se configuram em uma dominação de poder. Como exemplo de tais reivindicações, podem ser observadas as discussões a respeito da escravidão e do tráfico negreiro na França. Nesse sentido, como aponta Jodelet (2012), a França possuiria um passado de esquecimento sobre a escravidão e a colonização. Tais debates a respeito da escravidão e do tráfico negreiro na França culminaram com a discussão, pelo parlamento francês, de se propor *leis memoriais*. Ainda de acordo com Jodelet (2012), estes "grupos memoriais" se organizam a partir de



uma memória comum, e muitas vezes possuem um papel central na transmissão dessas memórias entre as gerações. Segundo a autora, tais grupos compartilham uma mesma história e buscam defender suas identidades, crenças e, sobretudo, representações.

Discutindo a respeito dos processos de ancoragem e objetivação, é possível perceber algumas relações com a temática da memória histórica e, sobretudo, com o *Devoir de Mémoire*. Os processos de ancoragem e objetivação possuem papel central na formação das representações sociais, sendo a ancoragem relacionada ao processo em que os objetos representacionais são inseridos em categorias de conhecimentos e pensamentos prévios, tornando-os familiar. A objetivação por sua vez seria marcada pela passagem da representação do campo do pensamento para a imagem, isto é, relaciona-se à inserção do objeto em categorias socioculturais materiais. A ancoragem e a objetivação são processos que tem como base a dimensão societal, isto é, a formação de representações sociais não ocorre meramente de maneira singular e individual, tendo as conjunturas socioculturais e as interações sociais uma função central na formulação e disseminação dessas representações.

Inicialmente, compreende-se que no processo de ancoragem os grupos utilizam de categorias preexistentes com o objetivo de dar sentido a um novo objeto social. No contexto do *Devoir de Mémoire* podemos evidenciar diferentes grupos que utilizam de crenças compartilhadas para defender suas memórias na arena pública. Como exemplo, pode-se pensar nos movimentos sociais que, a partir das suas experiências e representações do passado, admitem uma postura mais enfática sobre a necessidade de organização de uma memória que lembre os abusos e violências sofridos historicamente por grupos minoritários na França. Assim, os movimentos de descendentes de ex-escravizados na França ou de antigas colônias francesas utilizam de representações do passado que foram transmitidas de gerações em gerações para buscar a legitimação de suas memórias.

Com isso, evidencia-se que a memória social não está ligada necessariamente à experiência vivida. Os grupos memoriais, como os movimentos ligados a descendentes de sobreviventes da Guerra da Argélia, podem adotar discursos e memórias sobre determinado acontecimento histórico sem o terem experienciado. Nessas circunstâncias, as representações sociais auxiliam na interpretação do passado e na orientação das condutas e práticas de determinados grupos no presente, tendo como referência um projeto futuro de sociedade. O processo de ancoragem auxilia com que esses grupos insiram determinado acontecimento em um sistema de representações já conhecidas, dando, assim, sentido e coerência à memória coletiva. Além disso, a partir da ancoragem, a memória histórica se enquadra (Pollak, 1989) aos costumes, crenças e hábitos do grupo em questão. Nenhuma memória seria construída em um vácuo social. As memórias são cons-



truídas e, sobretudo, interpretadas a partir dos quadros sociais de referência do grupo (Halbwachs, 1925/1994). Dessa forma, os quadros de referência podem ser construídos a partir de representações sociais do passado e, mais especificamente, a partir do processo de ancoragem. Como pensado por Pollak (1989), uma das funções da memória coletiva seria de manter a coesão social entre o grupo. Pode-se, assim, pensar que um dos fatores para esta coesão, além de uma memória coletiva, seriam os sistemas de representações sociais compartilhados e a capacidade de inserir novos objetos dentre essa rede, como seria a função da ancoragem.

A objetivação está relacionada ao processo em que as representações sociais adentram as conjunturas socioculturais e as relações sociais, dando, assim, concretude e tangibilidade ao objeto social. Pode-se perceber, portanto, possíveis articulações entre o processo de objetivação e as repercussões do movimento de *Devoir de Mémoire*. Como mencionado anteriormente, o *Devoir de Mémoire* trouxe para a arena pública discussões a respeito da importância do lembrar de acontecimentos do passado, além de promover novas reflexões para que tais lembranças não caiam em esquecimento. Contudo, apesar da participação dos movimentos sociais, outros grupos colocaram-se como contrários a essas discussões, sobretudo quando referido às chamadas leis memoriais.

Segundo Jodelet (2012), alguns historiadores admitem que o tráfico de escravos seria um crime contra a humanidade, contudo, desafiam a denominação do mesmo enquanto genocídio, rotulando tais movimentos como *tirania da memória*. Enquanto isso, vítimas e descendentes deste massacre reivindicaram a designação do termo genocídio. Tal exemplo demonstra, ao mesmo tempo, o papel da objetivação das representações sociais no processo de construção da memória histórica e o papel da nomeação, parte da ancoragem, que insere o objeto em universos simbólicos específicos.

Evidenciam-se determinados grupos que, na arena pública, isto é, na vida social concreta, ao promoverem um discurso, seja ele a favor ou contrário à denominação de um evento passado, acabam por revelar a maneira como compreendem determinado evento histórico. Ao adentrar a arena pública, as representações sociais alcançam determinada materialidade e concretude, vinculando o evento histórico a um conjunto de crenças, significados e conceitos. A questão da nomeação legal de determinado acontecimento pode estar relacionada ao processo em que a memória histórica entra no campo público, das relações sociais, e mobiliza as representações sociais vinculadas a tal evento. Nesse sentido, as discussões a respeito da memória histórica mobilizam representações sociais vinculadas ao evento. Com isso, como proposto por Moscovici (2010), a objetivação transformaria um elemento do pensamento, isto é, um conceito, em um elemento da realidade (imagem). A nomeação de um evento histórico traria consigo todo um conjunto de representações sociais. Estas representações sociais adquirem uma maior concre-



tude e tangibilidade (objetivação) na medida em que essas discussões perpassam uma situação concreta da realidade social, isto é, no parlamento ou arena pública (Kalampalikis, 2002).

Possíveis articulações entre memória histórica e objetivação podem ser observadas também a partir das chamadas leis memoriais. Como evidenciado por Jodelet (2012), entre os anos de 1990 e 1995, o parlamento francês discutiu uma série de leis memoriais que possuíam o intuito de promover reparações históricas, sobretudo aos descendentes de vítimas de acontecimentos violentos. Uma destas leis baseou-se em um projeto que buscava o reconhecimento do genocídio armênio de 1915. Tais projetos de lei provocaram reações de protesto entre historiadores, baseados em princípios de convivência política.

No caso, a possibilidade de criar uma lei que reconheça as violências da guerra interage diretamente com as significações vinculadas à memória histórica, visto que as representações adentram as conjunturas socioculturais promovendo diferentes interpretações do que teria sido determinado evento histórico. Nesse sentido, no caso do *Devoir de Mémoire*, a regulação jurídica desses acontecimentos históricos se mostra como um campo em que as representações sociais adquirem certa materialidade e adentram as relações sociais e intergrupais. Assim, os grupos sociais possuem múltiplos entendimentos e, principalmente, interpretações do passado.

Sobre disputas memoriais e dinâmicas representacionais

Assim como argumentado pela teoria das representações sociais, discutir memória estaria relacionado com a função identitária dos grupos. Lembrar e esquecer determinados acontecimentos podem revelar como os grupos constroem seus pensamentos compartilhados, bem como a maneira como os mesmos compreendem não apenas o seu passado, mas também sua realidade atual. O processo de lembrar e esquecer não ocorre no vazio, e sim a partir de artefatos culturais disponibilizados pela cultura. Neste sentido, o ato de lembrar e esquecer trata-se de um mecanismo social, pois ninguém pode lembrar ou esquecer sem a influência da sociedade (Halbwachs, 1950/1990). Cada grupo ou comunidade lembra algo de certa forma e esquece de determinada lembrança de acordo com as condições culturais presentes. Assim, ao discutir sobre a relação entre memória e identidade Ansara e Dantas (2015) argumentam que: “os grupos têm necessidade de reconstruir seu passado e o fazem a partir do que está a sua disposição no presente, seja o sistema de ideias, a linguagem, a tradição e os pontos de referência da sociedade” (p. 210).

A memória histórica é construída a partir de diferentes comunidades. Assim, a maneira como os acontecimentos são contados e recontados poderá indicar de



que forma os diferentes grupos entendem não apenas sua história, mas também suas identidades e pertencas. O lembrar e o esquecer podem ser sinalizadores das representações que circundam as comunidades e os grupos. Como argumentado por Liu e Hilton (2005), as representações sociais da história seriam como “mapas” das origens históricas de cada grupo, estando em constante mudança e negociação temporalmente, acarretando novas reflexões e pensamentos nas sociedades. Cabe, portanto, pensar que as representações sociais históricas, e a própria memória histórica, são marcadas por disputas de poder, isto é, narrativas distintas que põem em debate diferentes vivências e entendimentos do mundo social.

Os estudos em memória se debruçaram a analisar outras narrativas que coexistem em paralelo com a memória “oficial” de acontecimentos históricos. Essas narrativas paralelas foram denominadas por Pollak (1992) de *memórias subterrâneas*, e demonstram histórias alternativas àquelas que por muito tempo se mantiveram como memória única de uma nação ou povo. São nessas memórias subterrâneas que podem ser observados os paralelos com as representações sociais. As narrativas não-oficiais dizem respeito a determinados grupos que por muito tempo não tiveram suas narrativas postas em destaque na arena pública. Analisar essas outras memórias e narrativas em relação a determinado acontecimento histórico revela não apenas novas informações sobre o evento histórico, mas também possibilita adentrar as significações, crenças e conhecimentos de determinado grupo sobre um aspecto da realidade, algo que permeia o estudo das representações sociais.

Os estudos nesse sentido possuem uma predileção a analisar as tensões em detrimento aos contextos de estabilidade e coesão social. Segundo Pollak (1989), são nos momentos de crise em que as narrativas e construções envolvendo a memória começam a ser questionadas, auxiliando, assim, no surgimento de conflitos e, sobretudo, de disputas pela hegemonia da lembrança. A questão da crise também pode ser explanada no campo das representações sociais. Partindo da abordagem estrutural das representações sociais, em casos em que existe uma ameaça simbólica aos valores e crenças do grupo, há uma tendência de alteração dos elementos periféricos da representação, visto que a alteração dos elementos centrais da representação social exige maior esforço sociocognitivo. Como aponta Flament (2001), os elementos periféricos funcionam como uma barreira, impedindo a entrada de conteúdos que contestam o núcleo central. Dessa forma, “os desacordos da realidade são absorvidos pelos elementos periféricos que, assim, asseguram a estabilidade (relativa) da representação” (Flament, 2001, p. 178).

A crise ou momento de tensão seria um dos processos de questionamento de representações ou memórias já estabelecidas socialmente, provocando, assim, maiores disputas pela hegemonia do grupo. No caso da memória, o exemplo da memória nacional pode ser analisado. Segundo Halbwachs (1950/1990), a memória nacional seria uma das memórias mais elaboradas, visto que possui um alto



grau de compartilhamento e complexidade, além de estar mais enraizada no pensamento social. Nestes casos, quando há uma tentativa de alteração dessa memória, as disputas se tornam ainda mais intensas, tendo em vista que mobilizam todo um arcabouço simbólico e representacional que está vinculado a uma “identidade nacional”. Os momentos de crise proporcionam examinar quais são os elementos representacionais que estão presentes na memória coletiva dos diversos grupos sociais. Como discutido anteriormente, o ressurgimento das chamadas memórias subterrâneas (Pollak, 1989) pode ser um indicativo de tal momento. Aliado a isso, Bôas (2015) argumenta que a pós-modernidade possui como característica central o colapso das grandes narrativas, isto é, discursos que por muito tempo estavam enraizados na realidade social e que atualmente começam a ser questionados. Os momentos de crises promovem e delimitam de maneira mais enfática as fronteiras entre grupos, isto é, as diferenças intergrupais tornam-se mais salientes.

Dessa forma, as memórias são compreendidas a partir de disputas de poderes e espaços, na medida em que cada narrativa possui uma função para os diferentes grupos. Muitas vezes, uma narrativa articulada a dimensões ideológicas (Ansara & Dantas, 2015) acaba por se sobrepor a outras e mobilizam uma única versão da história e do passado. Como argumentado por Jovchelovitch (2012), narrativas específicas formam e organizam as representações sociais. Segundo a autora, as histórias que sobrevivem no tempo são as que as comunidades escolhem por lembrar. A partir disso, o lembrar de determinado acontecimento histórico pode ser um indicador das representações sociais que formam o grupo social. Assim, cabe-se pensar que as representações sociais auxiliam na vinculação dos sujeitos a uma determinada narrativa histórica.

Em cenários em que a memória é ameaçada por outra narrativa, as representações sociais seriam mobilizadas com intuito de manutenção da coesão grupal. A partir disso, percebe-se que, em cenários de conflitos memoriais, as representações sociais estariam relacionadas às crenças e significações vinculadas a determinada narrativa histórica, isto é, seriam os mecanismos organizadores da memória. Ansara e Dantas (2015) apontam que a memória dispõe de conteúdos que constituem um “sistema de ideias consistente e adequado à realidade cotidiana” (p. 208), isto é, conhecimentos socialmente construídos e partilhados que dão sentido à memória. Ao auxiliar na organização e interpretação das memórias, as representações sociais delimitam as fronteiras entre os grupos, promovendo, assim, disputas pela narrativa “oficial” de determinado evento histórico.

Dessa forma, tanto as memórias históricas quanto as representações sociais, apesar de tratarem de conhecimentos compartilhados, vão além da homogeneidade grupal, sendo ambas marcadas por disputas e fronteiras grupais que promovem diferentes sistemas de crenças. Quando se discute objetos “polêmicos”, a pluralidade de narrativas e representações apresenta-se de maneira mais enfática, demons-



trando, assim, as diferenças intergrupais.

Considerações Finais

Este artigo buscou analisar as relações entre os campos da memória histórica e das representações sociais. Inicialmente, compreende-se que ambos os processos são construídos e interpretados a partir de conjunturas socioculturais. No caso da memória, este fenômeno não se limita a uma questão cognitiva de recordação. Na realidade, o processo memorial possui determinado arcabouço simbólico compartilhado. Da mesma maneira, as representações sociais não se limitam a algo individual. No caso da memória, a sua expressão se dá também nos sujeitos. Contudo, cabe pontuar que sua estruturação e organização vincula-se a um sistema de crenças socialmente partilhado. Analisar ambos os fenômenos como construções sociais possibilita adentrar as contradições e dissensos da vida social e da arena pública. Dessa forma, as representações sociais e a memória histórica não devem ser reduzidas a apenas mapeamentos ou reproduções mentais de fenômenos sociais, mas sim produtores de sentido e organização de diferenças grupais e relações entre grupos.

Como abordagem escolhida para este trabalho, entende-se que ambos os fenômenos estudados são construídos e compreendidos a partir dos conflitos e das disputas. Ao discutir memória histórica, necessariamente se está analisando conflitos e diferenças intergrupais, visto que cada grupo social lembra e esquece de uma maneira específica. Além disso, cabe compreender o esquecimento não apenas como uma falha cognitiva de retenção de informações, mas como um processo socialmente elaborado que possui como um de seus objetivos a manutenção de certas narrativas históricas. Neste trabalho, adotou-se o entendimento de objeto representacional a partir da perspectiva sociogenética das representações sociais. Dessa forma, entende-se que, bem como a memória histórica, as representações sociais são fenômenos que mobilizam disputas e identidades. Além disso, as representações auxiliam na organização da memória histórica, muitas vezes objetivada a partir das narrativas.

Buscou-se trazer para a discussão das representações sociais o fator da temporalidade. Por vezes, as representações sociais são analisadas a partir de óticas apenas do presente. As articulações entre memória e representação podem demonstrar como a historicidade possui papel central na manutenção e mudança das representações sociais. Tais mudanças podem ser acessadas a partir da memória histórica, na medida em que se considera a maneira como determinado grupo compreende os eventos históricos passados. Assim, o pensamento social seria constituído na historicidade, e a maneira como os sujeitos relacionam-se com esse tempo pode auxiliar na compreensão da própria realidade social concreta. Para



finalizar, evidencia-se que a memória na modernidade passa por um processo de enfraquecimento, devido ao seu caráter volátil. Assim, destaca-se a reflexão de que, em tempos de revisionismo histórico, estudos em memória histórica se mostram como importantes mecanismos que auxiliam na compreensão de processos vinculados não apenas ao campo das representações sociais, mas da Psicologia Social na totalidade.

Referências

- Ansara, S. & Dantas, B. S. D. A. (2015). Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athenea digital: revista de pensamiento e investigación social*, 15(1), 207-223. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1356>
- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge University. (Original publicado em 1932)
- Bôas, L. V. (2015). História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. *Cadernos de pesquisa*, 45(156), 244-258. <https://doi.org/10.1590/198053143290>
- Brasil, J. A. & Cabecinhas, R. (2017). Social representations of Latin American history and (post) colonial relations in Brazil, Chile and Mexico. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 537-557. <https://doi.org/10.5964/jspp.v5i2.701>
- Candau, J. (2019). *Memória e identidade* (M.L. Ferreira Trad.). Contexto.
- Carvalho, J. G. D. S. & Arruda, A. (2008). Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18(41), 445-456. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300003>
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Livraria Sá da Costa.
- Chauí, M. (1980). A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio, Brasiliense*, 11, 16-24. Recuperado em 24 de maio de 2022 de <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/2200>
- Delacampagne, C. (2013). *História da escravatura* (P. E. Duarte Trad.). Texto & Grafia.
- Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In D. Jodelet (Org.) *As representações sociais* (pp. 173-186) (L. Ulup Trad.). Editora UERJ.



- Freyre, G. (2003). *Casa-grande e senzala* (48a ed.). Global. (Original publicado em 1933)
- Gensburguer, S. & Lavabre, M. C. (2005). Entre "devoir de mémoire" et "abus de mémoire" : la sociologie de la mémoire comme tierce position. In B. Muller (Org.). *Histoire, mémoire et épistémologie, à propos de Paul Ricoeur* (pp. 75-96). Payot.
- Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Albin Michel. (Original publicado em 1925)
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva* (L. L. Schaffter Trad.). Editora Revista dos Tribunais. (Trabalho original publicado em 1950)
- Heymann, L. Q. (2006). O dever de memória na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. In A. C. Gomes (Org.). *Direito e Cidadania: memória, política e cultura* (pp. 15-43). Editora FGV. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v17i2.457>
- Jedlowski, P. (2005). Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. In C. Sá (Ed.). *Memória, Imaginário e Representações Sociais* (pp. 87-98). Editora Museu da República.
- Jodelet, D. (2012). Conflits entre histoire mémorielle et histoire historique. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 151-162. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.4896>
- Jovchelovitch, S. (2012). Narrative, memory and social representations: A conversation between history and social psychology. *Integrative psychological and behavioral science*, 46(4), 440-456. <http://dx.doi.org/10.1007/s12124-012-9217-8>
- Kalampalíkis, N. & Apostolidis, T. (2016). La perspective sociogénétique des représentations sociales. In G. Le Monaco, S. Delouvé & P. Rateau (Orgs.). *Les représentations sociales: théories, méthodes et applications* (pp. 69-84). De Boeck.
- Kalampalíkis, N. (2002). Des noms et des représentations. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 53(1), 21-30. Recuperado em 12 de março de 2021 de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00116252/document>
- Liu, J. H. & Hilton, D. J. (2005). How the past weighs on the present: Social representations of history and their role in identity politics. *British Journal of Social Psychology*, 44(4), 537-556. <https://doi.org/10.1348/014466605X27162>
- Michel, J. (2010). Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, 2(3), 13-25. Recuperado em 15 de abril



- de 2021 de <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-0201/index.php/memoriaemrede/article/view/35/35>
- Möller, R. C., Sá, C. P. & Bezerra, F. C. (2004). Representações sociais vivas do descobrimento do Brasil: a memória social actualizada de brasileiros e portugueses. *Psicologia*, 17(2), 405-417. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v17i2.457>
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*. Vol 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2010). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (7a ed.) (P. A, Guareschi Trad.). Vozes.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA.
- Oliveira, J. C. D. & Bertoni, L. M. (2019). Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais: confluências teórico-conceituais. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 244-262. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120205>
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos* 2(3), 3-15. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, 5(10), 200-215. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>
- Sá, C. P. (2012). A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, 8(14), 94-103. Recuperado em 10 de março de 2021 de <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4826/4316>
- Sá, C. P. (2013). A psicologia social da memória: uma sistematização teórico-conceitual. In C. P. Sá, P. Menandro & L. Naiff (Orgs.). *Psicologia Social e o estudo da memória histórica* (pp.13-26). Appris.
- Sá, C. P. (2015). *Estudos de psicologia social: história, comportamento, representações e memória*. Editora UERJ.
- Sá, C. P., Oliveira, D. C. & Prado, L. A. (2004). As memórias coletivas do descobrimento do Brasil: Imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira. *Psicologia*, 17(2), 275-291. Recuperado em 15 de abril de 2021 de <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/448/218>



Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras.

Tajfel, H. (1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais II* (L. Amâncio Trad.). Cambridge University Press.

Valencia, P. (2005). Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In C. Sá (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 99-120). Editora Museu da República.

Nota sobre os autores:

Renan Harmes Eskinazi é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife. E-mail: eskinazi.renan@gmail.com

Renata Lira dos Santos Aléssio é professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade. E-mail: renata.lsantos@ufpe.br

Lassana Danfá é Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife. E-mail: lassana1985@gmail.com

Maria de Fátima de Souza Santos é professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade. E-mail: santos.fatima9@gmail.com

Data de submissão: 20.07.2021

Data de aceite: 04.10.2022